



EURODEFENSE-PORTUGAL

Comentários do EuroDefense-Portugal sobre as Conclusões do Conselho (MNE/MDN) de 09Dez2010

É interessante verificar como os ministros da UE (MNE+MOD) já discutem hoje abertamente, aparentemente sem preconceitos, conceitos e questões muito sensíveis de soberania nacional, com impacto no processo de transformação de forças militares e estruturas de suporte, que há pouco mais de 2/3 anos eram consideradas anátema e até eventualmente contrárias aos interesses nacionais (*pooling, sharing, role-task specialisation, niche capabilities, exploração de sinergias civis-militares*).

Esta mudança tão repentina de atitude dos decisores políticos fica a dever-se fundamentalmente à crise financeira, de que há consciência política que é para durar, e à necessidade urgente de se minimizarem os impactos negativos para a segurança Europeia dos esperados cortes descoordenados nos orçamentos de defesa dos Estados-Membros.

A resposta a esta problemática tem sido tentada através de soluções inovadoras e criativas ao nível do desenvolvimento de capacidades civis e militares, que aumentem a eficiência operacional, promovam sinergias e economias de escala, reduzam custos e minimizem duplicações desnecessárias e inúteis.

Em face das dificuldades financeiras actuais e das previsíveis ameaças na área de vizinhança da UE, existe hoje a consciência clara de que nenhum Estado-Membro, por si só, será capaz de produzir e desenvolver o largo espectro de todas as capacidades necessárias para garantir a sua segurança. Por isso, a Estratégia de Segurança Europeia já em 2003 advogava a necessidade de promoção de um espírito de cooperação no quadro da Política Europeia de segurança e Defesa (PESD).

A principal conclusão do Conselho de 9 de Dezembro de 2010 (***the need to turn the financial crisis and its impact on national defence budgets into an opportunity...***) é bastante importante. Espera-se que sirva de lenitivo aos Estados Membros para que, nos seus planeamentos de defesa nacionais, considerem a necessidade imperiosa de trocarem informação e reforçarem a transparência sobre as análises dos impactos dos respectivos cortes de defesa no processo de desenvolvimento de capacidades militares, essenciais à sustentação da ambição da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

O ênfase posto na busca e aproveitamento sistemático de oportunidades de cooperação, "*pooling & sharing*" e de sinergias civis-militares parece-me bastante encorajador. O exemplo da recente criação e lançamento do Comando Europeu de

EURODEFENSE-PORTUGAL

Tel. (351) 21 360 11 23 / (351) 21 360 12 44 Fax (351) 21 360 16 27
Praça das Indústrias – 1300-307 Lisboa | Email: eurodef@aip.pt

Transporte Aéreo e nos Agrupamentos Táticos (*battlegroups*), entre outros, parece-nos paradigmático.

Será que Portugal está atento e saberá aproveitar, em devido tempo, a evolução e as potencialidades destes novos conceitos e iniciativas inovadoras de cooperação, sobretudo no que respeita à tão almejada transformação das forças armadas e aos seus impactos tecnológicos e industriais? Será que alguma vez, a nível sub-regional, Portugal e Espanha estarão em condições de, conjuntamente, explorarem possibilidades de especialização e de role-task sharing, no que respeita ao desenvolvimento de capacidades militares, com os benefícios de aumento de eficiência operacional e de redução de custos daí advenientes, tal como estão já a fazer outros países (Acordo de cooperação FR-UK, NL-BE)?

Concorda-se plenamente com a conclusão dos ministros quando referem que o *"recente Tratado de Cooperação em Defesa FR-UK promete não só contribuir para melhorar as capacidades militares de defesa europeias (dado tratar-se dos dois maiores e mais importantes países da UE em termos de poder militar), mas sobretudo criar dinâmicas de estímulo a futuras oportunidades de cooperação entre os Estados Membros"*.

Não são portanto de apoiar as ideias pessimistas que defendem que este tipo de cooperação bilateral significa a certidão de óbito da Cooperação Estruturada Permanente. Antes pelo contrário, estas iniciativas bilaterais e multilaterais, incluindo o renovado interesse em *"Pooling & Sharing"*, podem constituir um *momentum* óptimo para uma abordagem *"bottom-up,"* complementar da abordagem institucional *"top down"*, que a Agência Europeia de Defesa vem pugnando, no processo de desenvolvimento de capacidades e de satisfação de lacunas específicas.

Lamenta-se, todavia, o reduzido relevo (quase despercebido) que a Cooperação Estruturada Permanente, no âmbito do Tratado de Lisboa, mereceu até agora dos ministros e mesmo das principais instituições europeias. De facto, é preciso aguardar pela página 8 do comunicado da reunião ministerial de 9 de Dezembro de 2010, para que os ministros se pronunciem através de uma orientação fraca, vaga e visivelmente sem ambição estratégica e nenhuma vontade política sobre o futuro da Cooperação Estruturada Permanente: *"possibilities for the use of Permanent Structured Cooperation shall be explored..."*, isto praticamente 12 meses após a entrada em funcionamento e implementação das novas oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa. É bem possível que a esta situação de facto não seja alheia a actual crise financeira, que desencoraje os Estados-Membros a implementarem uma Cooperação Estruturada Permanente, tida como consumidora de elevadas verbas e dificilmente inclusiva para todos os Estados membros, nos precisos termos definidos no Protocolo 10 do Tratado de Lisboa. Contudo, entende-se que se trata de um erro de visão estratégica, mesmo no quadro da actual crise financeira e contenção orçamental, uma vez que a Cooperação Estruturada Permanente poderá funcionar como um instrumento de economias de escala e de

racionalização de gastos públicos, além de ser multiplicador de capacidades e facilitador da indispensável harmonização de requisitos operacionais e interoperabilidade no processo de geração de capacidades militares.

Atento a esta problemática e consciente da importância dos novos conceitos de “*pooling & sharing*” e do seu previsível impacto na economia da defesa e nomeadamente na base tecnológica e industrial nacional, o EuroDefense-Portugal, em parceria com o IDN, MDN/DGPDN, AIP-CCI e Empordef, têm a intenção de organizar um Seminário sobre “**O impacto da crise financeira na defesa da Europa. Novas iniciativas cooperativas – “*Pooling & Sharing*”: desafios e oportunidades para Portugal**”, em 23 de Novembro do corrente ano, no Auditório 1 do IDN.